
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

23 de setembro de 2025

Das 14h30 às 17h30

Barcarena (PA); e Virtual pela Plataforma Zoom.

Ata da 45ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e três dias do mês de setembro de 2025, às 14h30, de forma híbrida, com sala presencial em Barcarena (PA) e virtual na plataforma Zoom, ocorreu, de modo extraordinário, 45ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Semas, Alunorte e Hydro. A reunião teve como **pauta única**: atualizações sobre o **item 6.3 – destinação de recursos de multas ambientais** depositadas no Fundo da Amazônia Oriental.

Entre os **membros do Comitê de Acompanhamento que participaram da reunião**:

Vera Brito, suplente (1ª representação da sociedade civil); Gracilene Barreto, suplente (3ª representação da sociedade civil); Fabiano Pereira, suplente (4ª representação da sociedade civil); Elidiane Cardim, suplente (6ª representação da sociedade civil); Rosa Maria Silva, titular (7ª representação da sociedade civil); Maria das Graças Pereira, titular (9ª representação da sociedade civil); Hamilton Caminha, suplente (9ª representação da sociedade civil); Haydee Marinho, titular (Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade); Edson Maciel, titular (Alunorte); Felipe Passos, titular (Prefeitura de Barcarena); Procurador da República Igor de Oliveira, titular (Ministério Público Federal); Arthur Queiroz, suplente (Hydro);

Além dos membros do CA, também participou como convidada a equipe do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio) composta por: Lidia Lacerda, Gerente de Projetos; Jonas Gebara, Gerente de Projetos; e Andreia Mello, Especialista em Biodiversidade. Pela Secretaria Executiva do Comitê de Acompanhamento do TAC estava o analista socioambiental do IEB Raphael Castro.

Na **abertura**, Raphael Castro anuncia que a reunião está sendo gravada, relembra instruções, anuncia os presentes e a pauta única da reunião

Atualizações sobre o item 6.3 – destinação de recursos de multas ambientais depositadas no Fundo da Amazônia Oriental (FAO)

Lidia Lacerda se apresenta e agradece pela flexibilidade do Comitê de Acompanhamento do TAC em agendar uma reunião extraordinária e o engajamento dos membros. **Jonas Gebara** também agradece a participação do Comitê e reflete sobre a importância dos encontros presenciais.

Lidia Lacerda retoma a fala, explica que enviou mais cedo, naquele dia, um material por e-mail aos membros do Comitê, para ficar como referência, mas que o objetivo da reunião seria ler o material. Argumenta que passar tópico por tópico da apresentação seria uma apresentação demorada e com pouco tempo para ouvir a avaliação dos membros e, por isso, sugere uma dinâmica de divisão em grupos para leitura do material enviado nos primeiros quinze minutos de reunião.

Os participantes foram divididos em três grupos, sendo dois na sala presencial e um na sala virtual, onde fizeram a leitura do material e trocaram comentários. As discussões em grupo não foram registradas em ata.

Após cerca de uma hora, o plenário da reunião foi retomado com todos os participantes presentes.

Lidia Lacerda avalia que o baixo número de participantes e também o modelo híbrido dificultam que se tire bons encaminhamentos. Informou que os dois materiais apresentados naquela ocasião constituíam um compilado das apresentações anteriores realizadas em outros espaços de diálogo do projeto. Explicou que praticamente todo o conteúdo já havia sido previamente apresentado e avaliado, com exceção de alguns slides adicionados para complementar informações e tornar o material mais completo.

Reconheceu que o envio do material aos membros do Comitê ocorreu apenas no mesmo dia da reunião, destacando, contudo, que não havia previsão de que isso representasse um problema significativo, dado que se tratava de conteúdo já conhecido pelos participantes. Pontuou que o objetivo central da reunião era revisar e validar coletivamente o material apresentado, de modo que pudesse servir como documento informativo e de referência para o Comitê e para as comunidades envolvidas. Ressaltou que o material deveria ser de uso público, acessível aos membros e às comunidades, podendo ser compartilhado amplamente à medida que o projeto avançasse.

Lidia Lacerda destacou ainda a necessidade de validação de algumas informações em caráter prioritário, para que pudessem ser incluídas no texto do edital em elaboração. Informou que a expectativa do Funbio era manter o cronograma de lançamento do edital no mês de outubro, embora reconhecesse que o prazo estava apertado diante do andamento do processo.

Sugeriu que o Comitê discutisse formas de tornar as deliberações mais ágeis, permitindo que decisões pudessem ser tomadas de maneira célere, e propôs avançar com algumas definições já naquela reunião. Destacou que, embora nem todos os membros estivessem presentes, o grupo reunido representava de forma equilibrada a sociedade civil e as instituições signatárias do TAC. Ressaltou que as decisões tomadas naquele momento não seriam definitivas ou imutáveis, podendo ser revistas e aprimoradas nos próximos editais e nas futuras etapas de execução.

Lídia Lacerda apresentou o contexto geral do projeto e do edital em elaboração, destacando que se trata de uma iniciativa vinculada ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Hydro, Alunorte, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e SEMAS/PA, representando o Governo do Estado. Relembrou que o Funbio passou a atuar no projeto a partir de 2024, em decorrência do quinto TAC, que determinou a transferência dos recursos do FEMA para o FAO. Esses recursos foram internalizados na conta específica do Funbio em março de 2025.

Esclareceu que o público-alvo do projeto são as comunidades dos municípios de Barcarena e das ilhas de Abaetetuba, e que o objetivo principal da primeira chamada pública é selecionar e apoiar projetos de fortalecimento de organizações comunitárias, com foco na capacitação e no investimento em infraestrutura para melhorar a gestão territorial, ambiental e a geração de renda em comunidades urbanas e rurais da região. Ressaltou que, embora a chamada priorize o fortalecimento das organizações comunitárias, outros eixos — como melhorias ambientais, sociais e produtivas — poderão ser alcançados de forma indireta pelos projetos apoiados.

Lídia apresentou as diretrizes propostas para nortear a seleção e o monitoramento dos projetos, estruturadas com base nas discussões anteriores do Comitê e em documentos recebidos. Explicou que a proposta busca assegurar inclusão e diversidade de modelos de execução, prevendo a participação de diferentes tipos de proponentes, como organizações comunitárias formalizadas e instituições incubadoras ou aglutinadoras, de modo a ampliar o alcance dos recursos e garantir que cheguem ao maior número possível de comunidades. As propostas de aglutinadoras deverão envolver pelo menos duas comunidades locais, comprovando a articulação e o benefício direto a essas organizações.

Reforçou a importância do fortalecimento institucional, destacando que todas as propostas deverão incluir ações voltadas ao fortalecimento das organizações envolvidas, seja por meio de assessoramento técnico, formações em gestão e governança ou regularização documental. O fortalecimento institucional também deverá se refletir no arranjo das propostas, com transparência e clareza na divisão de responsabilidades entre as organizações executoras, incubadoras e comunidades apoiadas.

Destacou ainda que as propostas devem garantir transparência e governança, com processos participativos de decisão, acesso às informações e prestação de contas conforme os modelos do Funbio, com cronograma físico-financeiro detalhado. Sobre a descentralização de recursos, explicou que as aglutinadoras deverão replicar parte dos valores recebidos para as organizações comunitárias, permitindo que estas executem diretamente parte dos planos de trabalho. Citou o projeto Copafbas, do Funbio, como exemplo dessa modalidade, na qual a aglutinadora é responsável pela gestão e prestação de contas global, enquanto as comunidades implementam ações específicas.

Lídia também enfatizou que as propostas devem assegurar representatividade territorial e cultural, respeitando e valorizando os saberes, práticas e formas de organização comunitária, garantindo equidade territorial na distribuição dos recursos e inclusão de diferentes públicos e regiões, evitando concentração em um único território. Além disso, reforçou a necessidade de priorizar a participação de mulheres e jovens, seja nas instâncias de decisão, execução ou como público beneficiário, estimulando formação, capacitação e protagonismo juvenil.

Ela esclareceu que a execução indireta da chamada tem como objetivo repassar recursos a organizações da sociedade civil local, sejam associações, cooperativas ou aglutinadoras/incubadoras que atuem de forma efetiva no território. Reforçou que não serão aceitas propostas de instituições externas, sem atuação comprovada nos municípios de Barcarena e ilhas de Abaetetuba.

Lidia também apresentou a estrutura de fases do projeto, composta por uma fase preparatória, de seis meses, voltada ao fortalecimento institucional, ajustes nos planos de trabalho e capacitação das organizações selecionadas, com monitoramento técnico conjunto pelo FAO e Funbio; e uma fase de implementação, de doze meses, destinada à execução das atividades previstas, como restauração ambiental, infraestrutura comunitária ou ações produtivas. Explicou que haverá dois repasses de recursos: o primeiro após a assinatura do contrato e o segundo após a prestação de contas satisfatória da fase preparatória. Caso a organização não consiga comprovar a boa aplicação dos recursos, não receberá o segundo desembolso. Concluiu destacando que a proposta dos prazos e diretrizes ainda está aberta à avaliação e sugestões do Comitê, reforçando o caráter participativo e evolutivo da construção do edital.

Lídia Lacerda deu continuidade à sua exposição apresentando o cronograma de execução da chamada pública e detalhando as etapas que vêm sendo desenvolvidas desde o início do processo. Recordou que a expectativa inicial do Funbio era lançar a chamada até o mês de outubro, mas reconheceu que esse prazo está cada vez mais difícil de cumprir em razão das etapas pendentes e do tempo necessário para a consolidação dos documentos e das consultas. Ressaltou, contudo, que o esforço da equipe permanece voltado para lançar a chamada ainda em 2025. Caso o cronograma precise ser ajustado, explicou que novembro também é um período desafiador devido à realização da COP30, o que pode afetar prazos e agendas. Ainda assim, reafirmou o compromisso do Funbio de garantir que a publicação ocorra até o final do ano.

Em seguida, apresentou a estrutura das etapas previstas para o processo de seleção dos projetos. Explicou que a primeira etapa será a Manifestação de Interesse, um formulário em que as organizações poderão expressar formalmente o desejo de participar da chamada, informando seus dados institucionais, áreas de atuação, nível de maturidade institucional, tipo de projeto que desejam executar e grau de regularização documental. A Manifestação de Interesse, destacou Lídia, é fundamental para mapear as organizações atuantes no território e

compreender o perfil das instituições locais, mesmo aquelas que ainda não possuem plena capacidade institucional para executar projetos.

Esclareceu que o Funbio propõe que apenas as organizações que participarem e forem pré-selecionadas na Manifestação de Interesse possam submeter propostas completas na etapa seguinte. Essa dinâmica, segundo Lidia, ajudará a organizar o fluxo de participação e permitirá um mapeamento mais preciso das organizações do território. Informou que, paralelamente, a equipe do Funbio trabalha na elaboração das minutas dos documentos e editais, os quais serão submetidos a uma consulta aos interessados antes da divulgação oficial.

Lidia destacou que, antes da abertura das inscrições, será realizada uma oficina de capacitação voltada às comunidades e organizações locais, com o objetivo de orientar sobre o modelo de proposta, os requisitos técnicos e administrativos e os procedimentos para inscrição. Após a capacitação, as organizações estarão aptas a submeter suas propostas no Portal de Chamadas do Funbio, plataforma pública onde serão publicados o edital, os formulários e todas as informações referentes ao processo.

Explicou que a seleção das propostas será conduzida por uma Câmara Técnica, responsável por avaliar e indicar quais projetos serão apoiados na primeira chamada. Os resultados serão divulgados publicamente no mesmo portal, garantindo transparência em todas as etapas. Ressaltou que as organizações não selecionadas nesta primeira rodada poderão participar de futuras chamadas, já que os recursos previstos na cláusula 6.3 do TAC totalizam R\$ 49 milhões e serão distribuídos em diferentes editais. Assim, as organizações que ainda não estiverem formalizadas ou capacitadas poderão, futuramente, compor propostas em parceria com aglutinadoras ou se preparar para editais seguintes.

Lidia destacou a importância da Manifestação de Interesse como instrumento de organização territorial, permitindo tanto ao Funbio compreender a distribuição e o perfil das organizações quanto às próprias comunidades se articularem em novos arranjos institucionais. Citou o exemplo de que, ao identificar uma comunidade próxima a outras já envolvidas, mas ainda não formalizada, o Funbio poderá estimular sua inclusão em futuras propostas, promovendo maior integração e equidade territorial.

Sobre a abrangência territorial da chamada, explicou que ela será definida conforme a cláusula 6.3 do TAC, que estabelece que os recursos devem ser destinados às comunidades localizadas na área de influência socioeconômica do empreendimento da primeira compromissária. Relembrou que esse tema foi discutido na reunião anterior e que a delimitação dessa área depende de informações técnicas a serem enviadas pela Hydro, considerando os parâmetros definidos no licenciamento ambiental. Pontuou que essa definição é essencial para finalizar o texto do edital e que a decisão sobre eventuais ajustes deverá ser deliberada pelo Comitê assim que a informação for disponibilizada.

Lidia reforçou que a estratégia de seleção dos projetos seguirá os princípios e objetivos da cláusula 6.3 e do próprio TAC, devendo as propostas estarem alinhadas às diretrizes do Fundo Amazônia Oriental e do Funbio. As iniciativas selecionadas precisarão garantir participação comunitária, responder aos critérios temáticos definidos nos eixos de atuação e atender a critérios técnicos e operacionais, como viabilidade financeira, clareza de cronograma, capacidade de execução e potencial de continuidade após o encerramento do financiamento. Também deverão prever mecanismos de controle social, transparência e prestação de contas, assegurando que as organizações tenham condições de elaborar relatórios e demonstrar a correta aplicação dos recursos.

Lidia Lacerda explicou que os critérios de participação nas chamadas de projetos preveem diferentes possibilidades de envolvimento das comunidades. Ela informou que as comunidades poderão apresentar propostas próprias, caso sejam organizações regularizadas, mas também haverá espaço para participação por meio de organizações aglutinadoras ou incubadoras. Nesses casos, a organização proponente é aquela que submete a proposta ao Funbio, enquanto as associações e comunidades incluídas são consideradas beneficiárias

diretas. Lidia ressaltou a proposta de que apenas instituições que tenham participado da manifestação de interesse possam ser contempladas na chamada de projetos, evitando que organizações alheias ao processo de governança ou que não tenham participado das reuniões locais ingressem posteriormente sem diálogo prévio com os atores do território.

As propostas submetidas serão avaliadas por uma câmara técnica. Para ser proponente, a instituição deverá possuir CNPJ ativo há pelo menos dois anos, não ter pendências fiscais, comprovar regularidade junto à União e apresentar a documentação institucional exigida. Já as beneficiárias poderão ser organizações ainda em processo de regularização, desde que também tenham participado da manifestação de interesse e envie sua documentação atualizada no estado em que se encontra. Caso a entidade não esteja regularizada, a proposta deve prever ações voltadas à sua regularização, como assessorias técnicas que auxiliem na identificação de pendências e nos procedimentos necessários, ainda que o recurso do projeto não possa ser utilizado para pagamento direto de dívidas.

Lidia explicou que as proponentes são responsáveis pela execução e prestação de contas integral do projeto. No caso de propostas que envolvam organizações não regularizadas, é obrigatória a apresentação de uma carta de anuência assinada pelas beneficiárias, comprovando que houve diálogo prévio e concordância quanto à execução das atividades. Ela reforçou que as propostas precisam prever também ações de fortalecimento institucional das beneficiárias. Projetos que não cumprirem as exigências estabelecidas na fase preparatória não seguirão para a etapa de implementação.

Durante os seis primeiros meses de execução, as atividades se concentrarão no fortalecimento institucional das organizações. Se, ao final desse período, o projeto não demonstrar viabilidade, suas atividades poderão ser encerradas. Lidia detalhou que os recursos poderão ser aplicados em custeio, despesas operacionais, investimentos em bens e infraestrutura, e contratação de serviços, incluindo equipe técnica e mão de obra especializada para obras e reformas. O Funbio acompanhará de forma contínua a execução física e financeira dos projetos, por meio de relatórios técnicos e financeiros periódicos, visitas de monitoramento e auditorias internas e externas.

Entre as despesas elegíveis estão diárias e passagens, aquisição de equipamentos, contratação de serviços e realização de capacitações e eventos. São consideradas não elegíveis compras de imóveis, armamentos, agrotóxicos, pagamento de dívidas, salários de servidores públicos, atividades político-partidárias ou religiosas e outras despesas não vinculadas ao projeto.

A primeira chamada de projetos deverá priorizar os eixos de fortalecimento de organizações comunitárias e infraestrutura. Embora outros eixos possam ser indiretamente alcançados, o foco principal estará nesses dois. Lidia explicou que, em reunião anterior, havia sido proposto um valor de até trezentos mil reais por organização, mas o Funbio avaliou que esse montante seria elevado para uma primeira experiência no território. Assim, está sendo sugerido que instituições com menos experiência possam acessar até cinquenta mil reais; organizações mais estruturadas, até cento e cinquenta mil; e aglutinadoras, até quinhentos mil, considerando seus custos adicionais com equipe técnica e deslocamento.

A intenção, segundo ela, é garantir o sucesso das execuções e ampliar o alcance do edital, estimando que cerca de trinta organizações possam ser contempladas, o que representaria um investimento total aproximado entre cinco e sete milhões de reais. Lidia detalhou as três modalidades de execução previstas: institucional direta, quando a própria organização executa o recurso; incubadora, quando uma associação mais estruturada apoia outra ainda em processo de regularização; e aglutinadora, quando uma organização maior atua com várias entidades comunitárias beneficiárias.

Ela também esclareceu que o ciclo da chamada de projetos inclui uma fase preparatória após a assinatura do contrato, seguida pela prestação de contas dessa etapa e um segundo repasse de recursos para continuidade das atividades. Lidia explicou que o modelo proposto para o Projeto Raiz será de execução mista, combinando quatro bases principais: governança participativa, execução direta, execução indireta e comunicação integrada.

A governança participativa envolve a atuação conjunta com o Comitê de Acompanhamento do TAC e outros espaços de escuta comunitária. A execução direta se dará pela aquisição de bens e serviços e por programas de capacitação uniformes para todas as organizações selecionadas, de modo a nivelar conhecimentos e garantir equidade entre as participantes.

O monitoramento será feito de forma colaborativa, com apoio de uma instituição parceira do Projeto Raiz, que auxiliará o Funbio no acompanhamento das atividades e visitas às comunidades. A execução indireta ocorrerá por meio das chamadas de projetos, e o componente de comunicação integrada buscará garantir que as informações cheguem de forma clara e acessível a todo o território, evitando concentração de informações e fortalecendo a transparência.

Por fim, Lidia sugeriu a criação de um comitê consultivo específico da cláusula, que possa se reunir sob demanda, de forma mais ágil que o Comitê de Acompanhamento, para tratar de temas operacionais e decisões urgentes. Propôs também a realização de oficinas de coaprendizagem, a cada seis meses, como espaços de planejamento, avaliação e replanejamento coletivo dos projetos, permitindo ajustes e trocas de experiências entre comunidades e parceiros. Essas oficinas contribuirão para aprimorar continuamente a execução e fortalecer a governança participativa da cláusula ao longo do tempo.

Finalizada a apresentação da Lidia Lacerda, abre-se às falas dos membros do Comitê.

Fabiano Azevedo destacou a importância de definir claramente a composição e o papel do comitê consultivo, assegurando participação efetiva da sociedade civil nas decisões sobre aprovação, reprovação e prazos de execução. Manifestou preocupação com a proposta de execução por meio de incubadoras e aglutinadoras, questionando a existência de repasses adicionais que possam reduzir os recursos destinados às comunidades. Posicionou-se contra esse modelo, argumentando que Barcarena não possui instituições com experiência consolidada nesse tipo de gestão e que a adoção dessa estrutura poderia onerar o orçamento e comprometer resultados. Fabiano também solicitou esclarecimentos sobre o número de instituições a serem apoiadas, os tetos de financiamento e os prazos de execução. Por fim, chamou atenção para o desafio da regularização das organizações locais, defendendo que, embora a exigência de personalidade jurídica seja mantida, o comitê consultivo deve avaliar com flexibilidade casos de entidades com pendências documentais, para evitar exclusões injustas.

Gracilene Barreto questionou ao Funbio se uma instituição sediada em Belém poderia concorrer ao edital para executar projetos em Barcarena e nas ilhas de Abaetetuba. Destacou sua preocupação com o fato de o edital ser aberto ao público, possibilitando que entidades de fora disputem recursos destinados a ações previstas no TAC, o que, segundo ela, poderia comprometer o atendimento às organizações locais. Ela também observou que o número previsto de organizações a serem contempladas no primeiro edital, trinta, é muito baixo diante das setenta e oito localidades representadas no Comitê. Mencionou que representa seis comunidades e teme que nenhuma seja contemplada depois de sete anos de espera, o que geraria grande frustração entre moradores e lideranças. Comentou que discorda da afirmação de que Barcarena não tem experiência com arranjos de aglutinação entre organizações e exemplificou que, durante a pandemia, três comunidades (Luz Divina, Renascer Cristo e Vila Nova Ipanema) atuaram de forma aglutinada na produção de máscaras, recebendo recursos, realizando pagamentos para costureiras de outras localidades e desempenhando boa gestão financeira. O trabalho foi organizado pela Synergia, contratada do Fundo Hydro, e, segundo

ela, funcionou bem, mesmo com as limitações do período. Gracilene reforçou que sua principal preocupação é garantir que o edital priorize Barcarena e as ilhas, pois é isso que está previsto na cláusula 6.3 do TAC. Destacou que quase oitenta organizações aguardam há muitos anos essa oportunidade e que apenas trinta contempladas não seriam suficientes para atender às necessidades do território. Acrescentou que considerou o tempo destinado à apresentação sobre o edital, na 45ª reunião, insuficiente, especialmente diante da importância do tema. Segundo ela, muitos participantes ficaram “voando” nas informações, pois não houve tempo adequado para que cada região se manifestasse. Ela argumentou que, em processos dessa natureza, costuma haver uma atividade de um dia inteiro. Comparou com esse formato para reforçar que a dinâmica utilizada foi muito corrida e não permitiu aprofundamento. Gracilene afirmou que não se sentiu contemplada pelo tempo disponível, considerando que o tema é complexo e determinante para as comunidades.

Maria das Graças Pereira lembrou a experiência positiva das comunidades durante a execução de ações apoiadas pelo Fundo Hydro e organizadas pela Iniciativa Barcarena Sustentável, destacando que as organizações locais têm capacidade comprovada para atuar, inclusive nas ilhas, onde entregaram grande volume de atividades. Expressou preocupação com o longo tempo de espera das comunidades pelos recursos da cláusula 6.3 do TAC e com o risco de que, após tantos anos aguardando, restem poucos recursos caso haja muitos repasses intermediários antes de chegar às organizações. Ressaltou que, ao contrário dos representantes institucionais, os membros da sociedade civil participam das reuniões de forma voluntária, sem remuneração. Comentou ainda que recebeu o documento da pauta apenas no caminho para a reunião, o que dificultou a leitura prévia, e reforçou que parte das discussões já havia sido mencionada em encontros anteriores. Por fim, criticou o curto tempo dedicado à reunião, defendendo que encontros desse tipo deveriam ocupar um dia inteiro.

Lidia Lacerda retomou a fala para uma rodada de respostas às falas dos membros do CA. Sobre a sugestão do Fabiano de retirar a expressão “cidades paraenses” do slide, ela explicou que aquele trecho se refere aos eixos do FAO, não aos eixos do Projeto Rais, e que por isso não pode ser alterado. Ressaltou que esses eixos incluem também áreas urbanas e são complementares à execução do projeto. Em relação à periodicidade das visitas técnicas, informou que cada instituição proponente deverá definir em sua proposta, e que as visitas de monitoramento previstas pelo projeto ocorreriam, no mínimo, a cada seis meses. Caso o Comitê considere esse intervalo insuficiente, é possível avaliar periodicidade maior, desde que se leve em conta o impacto nos custos. Sobre o comitê consultivo, Lidia afirmou que ele já foi definido em reuniões anteriores como sendo o próprio Comitê de Acompanhamento, com a diferença de que pode reunir-se em outros momentos que não as reuniões ordinárias. Disse que esse modelo está em teste e pode ser ajustado futuramente, se gerar dúvidas recorrentes.

Respondendo ao questionamento sobre execução indireta e aglutinadoras, Lidia esclareceu que não existe perda de recursos pelo fato de o financiamento passar entre instituições. Explicou que o Funbio é o gestor operacional do FAO, com taxa administrativa fixa de 12,5%, que cobre sistemas, equipe e instrumentos de transparência. A execução direta das ações dos projetos contemplados deve ocorrer fora desses 12,5%. Já as aglutinadoras funcionam como proponentes de projetos e apresentam seus próprios orçamentos, incluindo possíveis custos administrativos, deslocamentos e despesas operacionais, variando conforme o porte e a estrutura de cada organização.

Na finalização da fala de Lidia, houve registros de reclamações pelo pouco tempo restante para as falas de pessoas que ainda estavam inscritas. Dessa forma, optou-se por garantir todas as falas dos membros, para registro em ata, e que as respostas fossem encaminhadas pelo Funbio posteriormente.

Elidiane Cardim questionou sobre projetos já enviados por associações a órgãos públicos, como a Semas, relacionados aos recursos da cláusula 6.3. Esclareceu que, no caso de Abaetetuba, sua representação se restringe às comunidades da Vila de Beja e à Ilha do Capim, o que é diferente na nomenclatura “Ilhas de Abaetetuba”, que se refere a outras ilhas que não são de Beja. Solicitou maior clareza sobre os limites da área de influência socioeconômica. Ela também defendeu a criação de um comitê menor para discutir projetos com mais agilidade, lembrando que as limitações de tempo e trabalho das lideranças dificultam a participação plena em um comitê mais amplo. Citou a experiência positiva no antigo GT de elaboração de propostas para o Fema, onde um grupo reduzido avançava melhor nas discussões. Por fim, reforçou o pedido de agendamento de uma reunião ampliada com outras lideranças e movimentos, compromisso que, segundo ela, havia sido mencionado anteriormente durante uma interlocução de lideranças comunitárias externas ao Comitê de Acompanhamento do TAC, na Semas.

Lídia Lacerda esclareceu que o Funbio não se comprometeu a realizar uma reunião com o outro grupo mencionado. Explicou que o que se aproximou disso foi uma proposta mencionada no CA que dizia respeito à possibilidade de realizar uma capacitação ampliada para as próprias lideranças já representadas no Comitê de Acompanhamento.

Rosa Maria perguntou se ocorrerão capacitações nas áreas das representações, considerando que os representantes do Comitê respondem por inúmeras comunidades e que muitas pessoas não estão recebendo todas as informações discutidas nas reuniões. Ela sugeriu que fossem realizadas oficinas de capacitação e esclarecimento em cada território, para que as comunidades entendam o processo e não corram o risco de ficarem de fora sem saber. Em seguida, questionou se as comunidades que estão legalmente constituídas podem apresentar seus próprios projetos como proponentes. Usando sua área de representação como exemplo, que possui quatro comunidades, perguntou se todas poderiam submeter projetos individualmente, desde que regularizadas. Ela explicou que essas são demandas que ainda não conseguiram discutir amplamente com suas comunidades e que precisam de esclarecimento para orientar adequadamente as pessoas sobre as oportunidades de acessar projetos.

Rosa Maria também perguntou sobre os arranjos nas modalidades de execução por aglutinadoras ou incubadoras. Em resposta, Jonas Gebara explicou a diferença entre aglutinadora e incubadora: a incubação ocorre quando uma associação legalmente constituída submete um projeto que também contempla comunidades vizinhas ainda não formalizadas, permitindo que essas comunidades executem atividades mesmo sem estarem regularizadas. Já a aglutinadora é uma instituição de maior porte, que pode auxiliar associações menores, inclusive ajudando em processos de constituição.

Na sequência, Rosa levantou a possibilidade de realizar capacitações mais amplas, indo além dos membros do Comitê. Gracilene complementou perguntando se a proposta se referia à ampliação da comunicação sobre o edital para as comunidades representadas, e Rosa confirmou que sim, ressaltando que existem expectativas de informação em cada território que nem sempre chegam integralmente pela via dos representantes.

Lídia então pediu confirmação do entendimento, tanto sobre a ideia de ampliar a comunicação como sobre a proposta de realizar capacitações temáticas relacionadas aos tipos de projetos que podem ser apresentados. Rosa confirmou ambas as interpretações.

Leandro Azevedo iniciou explicando que ficou com dúvidas na apresentação do Funbio, especialmente quanto às regiões contempladas. Em seguida, abordou as modalidades de execução com incubadoras ou aglutinadoras. Leandro demonstrou preocupação com essa possibilidade, afirmando que isso coloca grande responsabilidade sobre quem está regular, pois seria como “emprestar” a própria instituição, e até o próprio CPF, para assumir prestação de contas de outra entidade. Ele disse não ter

coragem de assumir tal risco e esperava que houvesse uma alternativa para apoiar associações que estivessem com pendências, em vez de repassar essa carga às entidades ativas. Leandro também comentou que, ao analisar a documentação enviada pelo Funbio, observou que o edital parecia muito complexo, semelhante ao modelo de prestação de contas de editais anteriores do Fundo de Sustentabilidade Hydro (IBS), com exigências extensas. Ele teme que muitas associações não consigam participar por conta do volume de documentos e do nível de complexidade exigido. Além disso, destacou que esperava um edital mais simples, que facilitasse a participação das comunidades. Ele também pediu mais clareza sobre os valores apresentados. Lamentou que muitas dúvidas tenham surgido durante a reunião, sem avanços proporcionais. Por fim, afirmou que o edital está demorando muito, considerando que as comunidades aguardam há sete anos, e teme que a execução possa avançar para o ano seguinte, quando haverá processos eleitorais nas associações, trazendo possíveis trocas de diretoria e incertezas sobre continuidade. Concluiu dizendo que sabe que suas perguntas não seriam respondidas naquele momento, mas espera esclarecimentos em outra oportunidade.

Vera Nascimento começou dizendo que não seria possível encerrar todas as discussões naquela reunião, porque havia muitas dúvidas. Comentou que, como foi dito no início, a documentação deveria ter chegado com pelo menos um dia de antecedência para que todos pudessem avaliar melhor. Por isso, várias questões permanecem sem esclarecimento. Ela explicou que já tinha dito anteriormente que não havia entendido a parte sobre “aglutinadora”, e que o professor e Leandro reforçaram essa mesma dúvida enquanto ela lia o material. Disse que concordava totalmente com o que Leandro havia colocado: o material é muito extenso e complexo. Como já estava tarde e a sala seria fechada, ela considerou melhor retomar a discussão em outra data, especialmente para incluir os membros que não estavam presentes.

Raphael Castro informou que não houve deliberação sobre a criação de um comitê específico para tratar da cláusula 6.3, apenas propostas apresentadas na oficina realizada no Ministério Público no dia 8, o que explica a permanência de dúvidas. Lidia Lacerda apresentou entendimento divergente em relação a esse encaminhamento. Outros membros presentes confirmaram que não houve deliberação, apenas sugestões que nunca foram formalmente encaminhadas.

Haydee Marinho afirmou que, caso seja criado um grupo de trabalho específico, ele precisa ter definição clara de propósito, objetivo e pauta, e que seus encaminhamentos devem ser tratados exclusivamente dentro desse grupo. **Lidia** acrescentou que esse grupo pode ser temporário e apresentou duas possibilidades: elaborar um documento de respostas às dúvidas, embora avalie que isso talvez não traga a clareza necessária; ou realizar uma reunião remota em momento posterior. Lidia reconheceu que o processo é longo, mas destacou que decisões tomadas sem ouvir o Comitê resultariam em insatisfação. Solicitou que os representantes apoiem o processo com maior intensidade neste momento, para evitar que a chamada pública seja adiada para o próximo ano, e sugeriu estabelecer uma rotina semanal ou quinzenal de encontros até que o texto seja finalizado.

Raphael acrescentou que o Comitê de Acompanhamento tem como função receber atualizações e manifestações dos membros, mas que isso não impede a realização de agendas paralelas e complementares, sobretudo porque as reuniões formais do Comitê têm tempo limitado.

Haydee Marinho reforçou a necessidade de uma definição mais precisa sobre o funcionamento do grupo e se colocou à disposição para construir uma minuta para esse alinhamento juntamente com Lidia Lacerda. **Lidia** destacou que temas e sugestões discutidos na reunião do dia 8, como canais de comunicação, podem subsidiar a elaboração de uma minuta para esse grupo específico. Por fim, Lidia perguntou sobre a possibilidade de agendar encontros virtuais voltados exclusivamente à cláusula 6.3, e Gracilene Barreto sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação entre os participantes.

Edson Maciel faz uma reflexão sobre as deliberações que são feitas e que são questionadas posteriormente por quem não esteve presente e que isso pode gerar um círculo vicioso de sempre voltar às questões já deliberadas e nunca avançar, o que pode gerar sensações de cansaço e frustração. Concorda com a proposta da criação de Grupo de Trabalho, mas é importante que haja comprometimento, por mais que não se concorde com todas as decisões.

Fabiano Azevedo comenta que é importante que os membros leiam as propostas e que sejam enviadas com antecedência. Sugere que se continue o debate em oportunidade com maior tempo ou se mantenha reuniões regulares semanais sobre a pauta.

Lidia afirmou que prefere manter reuniões regulares, evitando encontros muito longos em um único dia, pois isso pode ser cansativo e interferir nos compromissos e horários de trabalho dos representantes. Sugeriu que as reuniões possam ocorrer em horários alternativos, como sábado pela manhã ou à noite, desde que permitam certa regularidade até a finalização do texto da chamada. Acrescentou que, com o uso do WhatsApp institucional, a comunicação entre os membros deve se tornar mais ágil, facilitando a organização dos próximos passos.

Raphael pergunta se há objeções em relação à proposta de criação de uma minuta de constituição de um Grupo de Trabalho específico para acompanhar a implementação da cláusula 6.3, a ser feito por Haydee Marinho (Semas) e Lidia Lacerda (Funbio). Não havendo objeções, registrou-se esse encaminhamento.

Lidia Lacerda reforça o encaminhamento da realização de reuniões remotas e criação de grupo de WhatsApp com o Funbio. Também não há objeções para essa proposta. Disse que gostaria de encerrar sua fala reforçando a importância da participação dos representantes, alinhando-se ao que havia sido dito por Maciel, e destacando que o objetivo é justamente assegurar o protagonismo do Comitê na construção da chamada. Lamentou as falhas de comunicação ao longo do processo, mas afirmou que, com os novos espaços de comunicação, será possível avançar melhor. Explicou que acolhe a crítica sobre o envio tardio do material, mas ressaltou que quase nada apresentado é realmente novo, sendo conteúdos já discutidos em várias reuniões anteriores. Destacou que não há problema em dúvidas persistirem ao longo de encontros sucessivos, mas reforçou a necessidade de que todos se comprometam com a leitura e revisão dos materiais enviados, incluindo apresentações e gravações. Solicitou que os membros estudem o conteúdo recebido para que, na reunião de sábado, o debate avance e não permaneça repetindo os mesmos pontos. Comprometeu-se a sistematizar e enviar respostas o mais rápido possível antes desse encontro, reforçando que a participação e a preparação de todos são essenciais para que o processo avance.

Com isso, a reunião foi encerrada. O IEB, na condição de Secretaria Executiva do Comitê, lavrou a presente ata.